

## EDITORIAL

Recentemente, com destaque especial para a década de 1990, a escola emergiu como centro das discussões no campo educacional, em dois âmbitos principais. No *âmbito do governo*, a organização escolar passa a ser considerada, principalmente com a promulgação do aparato legal da década de 1990, o centro da concretização das diretrizes da política educacional, sendo, assim, responsabilizada também pelos êxitos e fracassos do processo educativo. Ganham destaque, no final do século XX e início do XXI, os cursos de formação continuada de gestores escolares, as parcerias dos sistemas de ensino com particulares, o trabalho voluntário nas escolas, que, apesar de objetivos diferenciados, divulgam e defendem os procedimentos necessários à concretização do conceito dinâmico de escola e da formação de lideranças para o efetivo exercício da autonomia da escola, na construção do projeto político-pedagógico.

Esses aspectos são facilmente perceptíveis na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (especialmente artigos 14 e 15) e ganharam contornos mais definidos com diretrizes complementares, entre as quais a divulgação, nas escolas, dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, que dizem defender as especificidades culturais das comunidades escolares (ao proporem, por exemplo, o trabalho com os Temas Transversais) e, portanto, valorizar a identidade da escola.

O *âmbito científico*, por sua vez, defende, quase por unanimidade, a revitalização do público, a efetivação da “verdadeira” gestão democrática e democratização da escola. Há críticas relacionadas às bases de sustentação do discurso do governo que, para este âmbito, são mais de cunho econômico/administrativo e menos pedagógico/político. Além disso, discutem as políticas educacionais que atribuem maior significado e atenção à gestão da educação e/ou escolar como fator imprescindível para a melhoria da produtividade do setor educacional e a adequação do país às exigências internacionais. No âmbito científico, a escola também emergiu e se consolidou como centro dos estudos do debate educacional, na década de 1990, o que se deve, dentre outros fatores, à defesa da especificidade da escola pública, à negação da do referencial da administração empresarial na educação e à consequente necessidade de construção de um olhar particular para as organizações escolares.

É possível vislumbrar, com as breves considerações anteriores, rico debate sobre a escola, como foco de atenção dos estudos e da política,

na área educacional. E é com uma preocupação multidisciplinar, que a *Educação em Revista* convida às reflexões sobre as organizações escolares e suas possíveis perspectivas na construção de uma escola pública para todos e com qualidade. O volume temático apresenta dois números, sendo que os primeiros artigos do n. 1, de modo geral, contemplam as possibilidades de a escola contribuir com a melhoria da qualidade de ensino, especialmente quando valoriza suas especificidades e suas potencialidades.

No primeiro artigo, *O projeto pedagógico da comunidade: mediação para a libertação e o alcance da educação de qualidade*, a autora defende que “[...] o Projeto Pedagógico Escolar precisa ser compreendido como o projeto coletivo, que nasce da necessidade da equipe, que vai orientar e conduzir a uma nova situação” e que, somente assim, a educação poderá promover a emancipação dos sujeitos.

Em *Educação ambiental: do projeto político-pedagógico à sala de aula*, o objetivo dos autores é discutir a Educação Ambiental a partir da prática pedagógica realizada em escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Araraquara/SP, partindo, para isso, de dados colhidos de uma pesquisa fundamentada em uma abordagem qualitativa.

O terceiro artigo, *Saberes e fazeres da escola e dos seus sujeitos: a sua importância para a formação de professores e para o planejamento do ensino de ciências na escola fundamental mediante abordagem temática*, “[...] integra resultados de reflexões sobre a importância [...] conferida ao local de trabalho do professor, da escola, como também a associação dos diferentes espaços vividos, que congregam os saberes e os fazeres da escola e dos sujeitos envolvidos”, pautando-se “[...] em resultados de reflexões acerca da importância desses saberes para a formação do professor e para a ação de planejamento de ensino pelo professor mediante abordagem temática”.

No quarto artigo, intitulado *Manifestações lúdicas de lazer e a escola: a diversidade em questão*, os autores se colocam o objetivo de conhecer quais são as manifestações culturais lúdicas de lazer, presentes na vida cotidiana de uma parcela dos alunos de uma escola municipal de Londrina-PR, defendendo a presença de conteúdos oriundos das diversas culturas e que tenham também as manifestações culturais pautadas no lúdico como objeto de estudo. Em *Aspectos estruturais, organizacionais, pedagógicos e humanos da escola de educação infantil: realidade e utopia projetadas na escola “brincar e ser criança”*, a autora trabalha igualmente na perspectiva da Educação Infantil e se propõe conhecer a escola de Educação Infantil e pensar sobre como ela poderia ser, no sentido de voltar-se ao desenvolvimento global da criança pequena, mantendo, para isso, uma interlocução constante com a literatura especializada.

O artigo *Em defesa da escola: uma análise histórico-crítica da educação escolar* defende a educação de caráter escolar, com fundamentos da pedagogia histórico-crítica, valorizando, entre outros elementos, a importância das

atividades de ensino e de apropriação dos conhecimentos científico, filosófico e estético.

O v. 9, n. 1 também apresenta preocupações centralizadas na relação escolar e formação dos profissionais da educação e, para abordar o assunto, traz dois artigos. No primeiro, intitulado *Escola é onde se aprende a ensinar?*, o autor, diante resgate histórico sobre como tem ocorrido o ensino e o aprendizado de dança no país, identifica aspectos para a reflexão nesse campo de conhecimento. Neste sentido, realiza “questionamentos referentes ao processo escolarizado de formação disponível na escola” e “as implicações decorrentes desses processos para a caracterização do perfil do profissional da dança”.

No último artigo *Linguagens em educação e formação inicial de professores: uma intersecção possível*, resultado de experiência de uma das autoras ao ministrar disciplina em universidade pública, contempla as diversas linguagens implicadas no processo ensino-aprendizagem e conclui, entre outros aspectos, que o trabalho “desenvolvido na disciplina, em duas frentes – teoria e prática – possibilitou novas aprendizagens e, aos alunos – futuros pedagogos -, o diálogo entre o conhecimento científico produzido na área e a re-interpretação destes, pela observação e ação na realidade da escola atual”.

O v. 9, n. 2 continuará o debate envolvendo questões relacionadas à escola, formação e políticas educacionais da atualidade e o periódico *Educação em Revista* espera contribuir com questões importantes da atualidade educacional.

